



FUNDAÇÃO SANTA CABRINI

Órgão Gestor do Trabalho Prisional

CONCURSO PÚBLICO

ASSISTENTE SOCIAL

Data: 14/12/2014

Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Língua Portuguesa	Conhecimentos de Legislação	Conhecimentos Específicos
01 a 15	16 a 30	31 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- a) Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, régua, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorrida 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

LÍNGUA PORTUGUESA

A FALÁCIA DA GUERRA PELA ÁGUA

Internacionalmente, não existem registros de conflitos por disputa de recursos hídricos, apenas algumas tensões políticas ou diplomáticas em alguns casos específicos. A maior parte das 261 bacias internacionais existentes no mundo é gerida por meio de acordos que asseguram o compartilhamento de suas águas.

É o caso do Tratado de Cooperação da Bacia Amazônica, o Tratado da Bacia do Prata, a Comissão Internacional para Proteção do Rio Danúbio (Europa), a Iniciativa da Bacia do Nilo (África), o Protocolo de Damasco, assegurando o compartilhamento das águas do Rio Eufrates (Oriente Médio), Tratado de Paz entre Israel e Jordânia acerca do compartilhamento do Rio Jordão, entre outros. O mundo já entende que uma bacia hidrográfica deve ser gerida enquanto sistema integrado, independentemente das fronteiras políticas que possa abranger. Observe que, mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso, nunca houve a chamada guerra pela água, nem há perspectiva de que haja, já que as soluções técnicas e de planejamento estão se tornando mais eficientes e mais baratas, sobretudo se comparadas aos custos de uma guerra. Paula Duarte Lopes, em *Água no Século XXI: Desafios e oportunidades*, afirma: “No que diz respeito à água, a última guerra – no sentido clássico do termo – registrada teve lugar entre duas cidades-Estado na Suméria antiga (Umma e Lagash), em 2500 a.C. Não existe qualquer registro histórico de outra guerra entre entidades políticas autônomas ou explicada por motivos hídricos”.

O especialista turco em hidropolítica Dursun Yildiz converge com essa opinião ao afirmar que, “quando olhamos para os trabalhos acadêmicos, podemos ver claramente que a tese da realização da guerra da água parece quase impossível. Esse conceito é mais publicado em revistas e jornais populares”. Afirmar que a água vai acabar, como já vimos, é uma insensatez malthusiana, e atribuir conflitos a uma eventual escassez atende apenas a interesses midiáticos, políticos e ideológicos, pois não se assenta em base científica, mas em uma perspectiva fatalista que talvez tenha maior valor de mercado.

Luiz Antonio Bittar Venturi

(Extraído de: <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/456>)

01. A primeira ideia apresentada pelo autor para se contrapor à tese de uma “guerra pela água” se sustenta no argumento de que, na verdade, há:

- A) desperdício inconsequente desse recurso natural
- B) falta de planejamento em sua distribuição entre as regiões
- C) ausência de acordos internacionais efetivos nessa matéria
- D) tensões políticas restritas a algumas regiões pontuais do planeta
- E) negligência dos governantes do chamado terceiro mundo

02. De acordo com o texto, quem defende a ideia de “guerra pela água” supõe que:

- A) esse recurso natural vai acabar
- B) os governos não devem interferir nessa matéria
- C) uma guerra é mais barata do que acordos internacionais
- D) essa é uma realidade antiga na história da humanidade
- E) não há tecnologia eficiente para o tratamento da água

03. Uma palavra que marca um claro distanciamento do autor em relação à disputa por recursos hídricos está adequadamente destacada em:

- A) “É o **caso** do Tratado de Cooperação da Bacia Amazônica” (2º parágrafo)
- B) “assegurando o **compartilhamento** das águas do Rio Eufrates” (2º parágrafo)
- C) “em áreas onde o recurso hídrico é mais **escasso**” (2º parágrafo)
- D) “nunca houve a **chamada** guerra pela água” (2º parágrafo)
- E) “O especialista turco em **hidropolítica** Dursun Yildiz converge com essa opinião” (3º parágrafo)

04. Para o autor, a ampla divulgação da tese de que haveria uma “guerra pela água” se deve principalmente a:

- A) registros históricos encontrados recentemente
- B) estudos cientificamente comprovados
- C) fracasso de intervenções diplomáticas
- D) demagogia do discurso eleitoral
- E) alardes da imprensa popular

05. No primeiro parágrafo, a segunda frase estabelece em relação à primeira frase a seguinte relação:

- A) indica uma opinião mais generalista
- B) comprova com dado objetivo
- C) narra um episódio particular
- D) refuta uma afirmação anterior
- E) manifesta um dilema do autor

06. No segundo parágrafo, a enumeração de Tratados Internacionais tem o objetivo de:

- A) explicitar um ponto de vista oposto ao do autor
- B) exibir um conhecimento desnecessário à discussão
- C) reiterar as deficiências da diplomacia na atualidade
- D) justificar a ausência de planejamento governamental
- E) reforçar a existência de uma gestão compartilhada da água

07. No terceiro parágrafo, uma palavra que revela um julgamento negativo do autor é:

- A) claramente
- B) insensatez
- C) conflitos
- D) eventual
- E) midiáticos

08. O emprego do advérbio “internacionalmente” (1º parágrafo) evidencia uma ideia de:

- A) tempo
- B) perspectiva
- C) consequência
- D) condição
- E) explicação

09. Em “é gerida por meio de acordos que asseguram o compartilhamento de suas águas” (1º parágrafo), a palavra “que” retoma uma expressão anterior. O mesmo processo ocorre com a palavra “que” no seguinte fragmento:

- A) “O mundo já entende que uma bacia hidrográfica”
- B) “Observe que, mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso”
- C) “nem há perspectiva de que haja”
- D) “podemos ver claramente que a tese da realização da guerra da água”
- E) “uma perspectiva fatalista que talvez tenha maior valor de mercado”

10. Uma palavra que contém uma clara intenção crítica é:

- A) compartilhamento
- B) independentemente
- C) planejamento
- D) histórico
- E) fatalista

11. No primeiro parágrafo, o verbo “existem” está no plural, porque concorda com:

- A) internacionalmente
- B) registros de conflitos
- C) disputa
- D) recursos hídricos
- E) alguns casos específicos

12. Em “já que as soluções técnicas e de planejamento estão se tornando mais eficientes e mais baratas” (2º parágrafo), o conectivo destacado expressa o valor semântico de:

- A) explicação
- B) consequência
- C) causa
- D) condição
- E) proporcionalidade

13. No segundo parágrafo, o emprego dos travessões tem o objetivo de:

- A) delimitar o significado de um termo
- B) apresentar uma referência bibliográfica
- C) indicar uma contestação natural
- D) introduzir um comentário contraditório
- E) reivindicar uma ideia ultrapassada

14. No trecho “uma bacia hidrográfica deve ser gerida enquanto sistema integrado”, a palavra “enquanto” pode ser substituída, mantendo a ideia global da frase, por:

- A) na proporção de
- B) ao mesmo tempo em que
- C) na condição de
- D) simultaneamente a
- E) ao contrário de

15. Em “mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso” (2º parágrafo), a palavra “mesmo” é invariável. Essa palavra pode variar em gênero e número em:

- A) Ele mesmo reconheceu a gravidade de seu erro.
- B) O profissional não fez mesmo o que era esperado.
- C) O jovem não gosta de ficar em casa mesmo em dias de chuva.
- D) Mesmo observando as condições adversas, o rapaz decidiu mudar-se.
- E) O parecer confirmou não ser mesmo possível realizar o procedimento.

CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO

16. Segundo o Decreto Estadual nº 41.425, de 06 de agosto de 2006, que altera e consolida o Estatuto da Fundação Santa Cabrini-FSC, o Conselho de Administração da FSC contará com a participação da seguinte autoridade:

- A) um Subsecretário de Gestão de Pessoal
- B) um Desembargador da 3ª Câmara Penal do TJ
- C) um Procurador do Tribunal de Contas do Estado
- D) um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
- E) um Juiz Federal

17. Segundo o Art. 1º da Lei Estadual nº 4.984, de 11 de janeiro de 2007, a parcela da remuneração do trabalho realizado pelos apenados destinada à indenização dos danos causados pelo crime, quando determinados judicialmente e não reparados por outros meios, será de:

- A) 15%
- B) 20%
- C) 30%
- D) 5%
- E) 40%

18. Nos termos da Lei de Execuções Penais, Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a assistência ao preso terá, dentre outras, a seguinte natureza:

- A) material, que não inclui o direito a vestimentas e alimentação
- B) à saúde, que terá caráter somente curativo
- C) religiosa, desde que não contrarie a religião praticada pela diretoria do presídio
- D) educacional, que compreenderá a instrução básica e a formação profissional do preso e do internado
- E) jurídica, destinada a qualquer preso ou internado que necessitar de advogado

19. Segundo o Decreto Estadual nº 2.479, de 08 de março de 1979, a investidura em cargo em comissão, integrante do Grupo I – Direção e Assessoramento Superiores – DAS, ocorrerá com:

- A) a posse
- B) o exercício
- C) a nomeação
- D) a designação
- E) a homologação

20. O retorno ao serviço público estadual do funcionário colocado em disponibilidade é denominado:

- A) reintegração
- B) aproveitamento
- C) readaptação
- D) recondução
- E) reinvestidura

21. Nos termos da Lei Estadual nº 5.427/2009, aplica-se ao instituto da delegação o seguinte normativo:

- A) O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no portal da transparência.
- B) A delegação não poderá ser admitida por meio de convênio ou outros atos multilaterais.
- C) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegante.
- D) O ato de delegação é revogável em até 30 dias de sua edição por qualquer autoridade pública estadual.
- E) A delegação será admitida por tempo determinado somente nas situações previstas em lei específica.

22. Nos termos da Lei nº 5.427/2009, pode ser arguida a suspeição de autoridade ou agente que:

- A) tenha interesse direto ou indireto na matéria ou na solução do processo
- B) seja cônjuge, companheiro, parente ou afim até o terceiro grau de qualquer dos interessados
- C) tenha participado do processo ou dele venha a participar como perito, testemunha ou representante ou se tais situações ocorrerem quanto a qualquer das pessoas indicadas no artigo anterior
- D) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou com qualquer das pessoas indicadas no artigo anterior
- E) tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau

23. Nos termos da Constituição Federal de 1988, são considerados crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia:

- A) a ação de grupos armados contra a ordem constitucional
- B) os definidos como crimes hediondos
- C) a ação de militares contra o Estado Democrático de Direito
- D) a prática de atos de improbidade administrativa
- E) o racismo e os crimes políticos

24. O auditor do Tribunal de Contas da União, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, terá as mesmas garantias e impedimentos da seguinte autoridade:

- A) Ministro do STJ
- B) Ministro do STF
- C) Desembargador do TJ
- D) Juiz do Tribunal Regional Federal
- E) Procurador do Estado

25. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, entre outros, que visem à melhoria de sua condição social:

- A) irredutibilidade do salário, protegido da disposição em convenção ou acordo coletivo
- B) remuneração do trabalho diurno superior à do noturno
- C) garantia de salário, nunca superior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável
- D) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário
- E) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria

26. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário:

- A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado
- B) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado
- C) incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de entidades públicas
- D) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas
- E) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer entidade ou ente do Poder Público

27. Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de:

- A) concorrência pública
- B) tomada de preços
- C) concurso
- D) pregão
- E) carta-convite

28. A modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas denomina-se:

- A) convite
- B) pregão eletrônico
- C) concorrência
- D) tomada de preços
- E) concurso público

29. É dispensável a licitação para contratação de obras e serviços de engenharia cujo valor da contratação não seja superior a:

- A) R\$ 15.000,00
- B) R\$ 8.000,00
- C) R\$ 65.000,00
- D) R\$ 150.000,00
- E) R\$ 30.000,00

30. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- A) o objeto de execução, salvo os seus elementos característicos
- B) o regime de execução, mas não a forma de fornecimento
- C) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso
- D) o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação institucional
- E) as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, sendo exigidas somente as cauções em dinheiro

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Dantas e Pereira (2011), ao refletirem criticamente sobre os processos de criminalização e punição, em especial na realidade brasileira, adotam a perspectiva sócio-histórica como fundamento de sua análise. As autoras informam que seria falacioso pensar que as mudanças e reformas possam ser estabelecidas “da prisão para fora”, como se ela fosse uma sociedade à parte. Ao contrário disto, as referidas estudiosas entendem que seu funcionamento responde:

- A) à relação de exploração capital *versus* trabalho presente especificamente sobre a égide da sociedade capitalista
- B) ao mandato social de cada tempo histórico e à relação de custódia que as diferentes formas de aprisionamento abrigam
- C) à relação de custódia em cada período histórico, resguardando a manutenção das práticas de suplício que ainda se fazem presentes na base legal do sistema criminal e prisional brasileiro
- D) a cada tempo histórico, a submissão dos pobres e negros à lógica advinda dos diferentes processos de colonização
- E) em cada período histórico, à necessidade de contenção das classes perigosas como uma estratégia necessária a defesa da sociedade

32. Iamamoto (2008), ao propor uma análise sobre o Serviço Social no contexto contemporâneo, informa que, para impulsionar a construção de um outro padrão de sociabilidade, regido por valores democráticos, faz-se necessária a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, o que depende de uma crescente participação da sociedade civil organizada. Segundo a autora, orientar o trabalho do assistente social nos rumos acima aludidos demanda um perfil profissional:

- A) crítico e comprometido com as forças sociais contra-hegemônicas, capaz de criar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento dos indivíduos e possibilitar o exercício de sua autonomia financeira
- B) culto, crítico e capaz de formular propostas voltadas para a progressiva democratização das relações sociais, o que demanda compromisso ético-político com a classe dirigente; com competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social, e ainda apto a potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento negociação e pesquisa
- C) culto, crítico e capaz de formular propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais, o que demanda compromisso ético-político com os valores democráticos, competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social e também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento negociação e pesquisa
- D) mais neutro e centrado, considerando que a atuação do assistente social no momento presente deve estar pautada em competências estratégicas e gerenciais que correspondam às exigências do mercado competitivo e excludente
- E) que resguarde compromisso ético-político com a classe trabalhadora, competência teórico-metodológica que permita a dissociação entre teoria e prática e também um profissional versado no instrumental técnico-operativo que construa projetos ético-políticos a serem implementados nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social

33. “O debate acerca do projeto ético-político é, nestes termos, muito recente e a sua história remonta à transição dos anos 70 aos 80 do século passado. Com efeito, foi naqueles anos que a primeira condição para a construção deste novo projeto se viabilizou”. (Netto, 2008). De acordo com esta afirmativa, a condição referida pelo autor destaca-se em:

- A) o ensino universitário da profissão
- B) a inserção da profissão nas instituições sociais do Estado Brasileiro
- C) a promulgação do Código de Ética de 1975
- D) a recusa e a crítica ao conservadorismo profissional
- E) a reconfiguração da fundamentação teórica da profissão

34. Na análise empreendida por Fávero (2006), pode-se compreender o Relatório Social como um documento específico elaborado por um(a) assistente social que:

- A) diz respeito a esclarecimentos e análises construídos com base em conhecimentos específicos do Serviço Social a uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas
- B) é utilizado no meio judiciário como mais um elemento de prova, com a finalidade de dar suporte à decisão judicial
- C) tem por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional
- D) no âmbito do judiciário, diz respeito a uma avaliação, exame ou vistoria solicitada ou determinada sempre que a situação exigir um parecer técnico ou científico
- E) se traduz na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional no seu cotidiano laborativo

35. Segundo Ortiz (2012), o campo de estágio deve estimular no aluno a construção de novas indagações, ratificando a dimensão:

- A) crítico-interventiva partindo da teoria crítica
- B) teórico-metodológica
- C) investigativa do exercício profissional
- D) ético-política na postura profissional neutra
- E) técnico-operativa do fazer profissional comprometido

36. Tomando por base a análise realizada por Iamamoto (2009), pode-se compreender que as alterações verificadas nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social estão relacionadas:

- A) a processos sociais historicamente datados, expressando a dinâmica da acumulação, a composição do poder político e a correlação de forças em seu âmbito, refratando ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira
- B) a processos macrosociais que incidiram sobre o universo do trabalho na sociedade pós-industrial, sendo agudizados a partir do regime de acumulação flexível
- C) a processos ético-políticos gestados pelo movimento de renovação do Serviço Social no Brasil que possibilitaram novas bases para a construção do projeto ético-político crítico
- D) a processos sociais historicamente datados, expressando a dinâmica da acumulação, a composição do poder político e a correlação de forças em seu âmbito, referindo-se a condições sociais globais inscritas no âmbito do capital fetiche
- E) à autonomia e ao pleno desenvolvimento da profissão que permite que, no momento presente, o Serviço Social tenha prestígio e reconhecimento pela classe trabalhadora

37. Partindo de Coutinho (1997), pode-se compreender os direitos sociais como um nível de cidadania reivindicado pelos trabalhadores ao longo de todo o século XIX, mas que só fora assimilado como um momento do direito positivo no século XX. Sendo assim, o autor informa que o que se coloca como tarefa fundamental dos direitos sociais:

- A) é a ampliação do reconhecimento legal-positivo destes direitos, haja vista que é essencial garanti-los em lei
- B) não é o simples reconhecimento legal-positivo, mas sim a garantia de sua cobertura às minorias
- C) não é, muitas vezes, o simples reconhecimento legal-positivo destes direitos, mas a luta por torná-los efetivos
- D) não é, muitas vezes, o simples reconhecimento legal-positivo, mas a necessidade de incorporá-los ao debate dos direitos de quarta geração, ou seja, os direitos humanos
- E) é a de garantir direitos humanos a "humanos direitos", partindo de ideais fundamentados na meritocracia

38. Em uma dada instituição que realiza atendimento a detentos, egressos do sistema penitenciário e seus familiares, são propostas, pela equipe de Serviço Social, ações socioeducativas buscando a socialização de informações, bem como um processo reflexivo junto aos usuários. Fundamentados pela análise de Mioto (2009), é possível compreender que a proposição das ações referidas requer conhecimento:

- A) dos instrumentais exclusivos do Serviço Social, bem como do projeto ético-político profissional
- B) do espaço socio-ocupacional e do campo em que o assistente social está inserido, o conhecimento das demandas/necessidades dos usuários e o conhecimento advindo das diferentes formas de trabalho que torna possível o planejamento das ações
- C) do espaço socio-ocupacional e do campo em que o assistente social está inserido, o conhecimento das demandas/necessidades dos usuários e o conhecimento da instrumentalidade do Serviço Social que tenha por fundamentação a teoria crítica
- D) do espaço socio-ocupacional e do campo em que o assistente social está inserido, o conhecimento das demandas/necessidades dos usuários e o conhecimento da instrumentalidade do Serviço Social que tenha por fundamentação teórica a teoria pós-moderna
- E) da rede socioassistencial, do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, e dos benefícios previdenciários, numa tentativa de garantir segurança de renda às famílias

39. Segundo o Art. 10º, da Lei 8.662/1993, organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas, ou de fins filantrópicos, compete:

- A) ao Conselho Federal de Serviço Social e ao Conselho Nacional de Assistência Social em nível nacional, respectivamente
- B) aos Conselhos Regionais de Serviço Social e aos Conselhos Estaduais de Assistência Social em nível regional
- C) ao Conselho Federal de Serviço Social em nível nacional, na qualidade de órgão consultivo de segunda instância
- D) aos Conselhos Regionais de Serviço Social, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgãos executivos e de primeira instância
- E) aos Conselhos Regionais de Serviço Social, em suas respectivas áreas de jurisdição e aos Conselhos Municipais de Assistência Social, respectivamente

40. Ao analisar os desafios contemporâneos para o processo de estágio e Supervisão em Serviço Social, Ortiz (2012) informa que será o estágio o campo privilegiado para a apreensão do estudante sobre:

- A) as diversas dimensões da profissão, bem como e, especialmente, suas autoimplicações internas
- B) as diversas dimensões da profissão, bem como as contradições postas no contexto da sociedade capitalista de criminalização da pobreza
- C) a relação teoria e prática como eixos dissociáveis no âmbito da formação
- D) as relações sociais subjetivas, estabelecidas pelos indivíduos em seu modo de vida cotidiano
- E) as relações sociais entre os usuários, profissionais, políticas sociais e o contexto político e econômico presente na sociedade pós-capitalista

41. Segundo o Código de Ética do Assistente Social, informar, esclarecer e orientar os estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste código é:

- A) um direito do assistente social
- B) uma competência do assistente social
- C) uma atribuição privativa do assistente social
- D) um dever do assistente social
- E) uma infração disciplinar do assistente social

42. Em seu estudo sobre Ética e Serviço Social, Barroco (2007) ensina que, na sociedade de classes, a moral cumpre uma função ideológica precisa, pois contribui para:

- A) a integração social viabilizadora das necessidades privadas, alheias e estranhas às capacidades emancipadoras do homem
- B) a desarticulação social, a perda do reconhecimento de classe e a formação de seres humanos genérico-individuais
- C) a desintegração social devido ao não reconhecimento da condição de classe
- D) o fortalecimento dos vínculos sociais, fundamentados em ideais fetichizados de igualdade e liberdade
- E) a fragilização dos vínculos sociais globais

43. Behring e Boschetti (2009), ao realizarem uma análise sobre a Política Social no Brasil contemporâneo, informam sobre a difícil coexistência entre universalidade e hegemonia neoliberal. Neste contexto, as autoras irão ressaltar que a política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e superar algumas características históricas é a política de:

- A) Saúde
- B) Assistência Social
- C) Previdência Social
- D) Educação Pública
- E) Trabalho e Renda

44. Segundo Forti (2011), sendo os assistentes sociais profissionais que potencialmente contribuem para a efetivação de direitos, estes têm como tarefa imprescindível o conhecimento:

- A) dos serviços, programas e projetos que possam dar suporte às fragilidades vivenciadas pelos sujeitos alvos de sua atuação
- B) dos diferentes interesses que fundamentam o debate sobre os direitos humanos na sociedade contemporânea
- C) da lógica que preside a sociedade capitalista, os mecanismos necessários para sua perpetuação e o significado das reais possibilidades dos direitos humanos nessa sociedade
- D) de seu espaço sócio-ocupacional e as tensões e contradições nele presentes
- E) teórico-metodológico, ético-político e técnico-interventivo e social

45. Pensar o projeto profissional do assistente social segundo lamamoto (2008), supõe articular uma dupla dimensão:

- A) a condição da formação profissional de um lado e, do outro, as condições concretas do exercício profissional, reconhecendo a indissociabilidade entre teoria e prática, mas atentando para seus limites e possibilidades no atual contexto do ensino universitário no Brasil
- B) o papel do Estado de um lado e, do outro, o das classes sociais
- C) o fazer profissional de um lado e, do outro, as escolhas teóricas que o fundamentam
- D) a perspectiva crítica proposta pela teoria marxista de um lado e, do outro, a vertente conservadora renovada
- E) as condições macrosociais em que se exerce a profissão, de um lado e, do outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas dos agentes profissionais

46. Partindo da análise empreendida por Sousa e Oliveira (2011), pode-se verificar que, com o advento de um conjunto de normativas que embasam a promoção e a defesa de direitos de diversos segmentos sociais, multiplicaram-se os mecanismos institucionais que objetivam receber comunicações de maus-tratos e violência contra crianças e adolescentes, idosos e mulheres, que podem ser reconhecidos como conquistas históricas. No entanto, os autores apontam uma constatação preocupante no se refere à centralidade do debate no campo da violência intrafamiliar, pois este debate:

- A) tem se estendido apenas às famílias pobres, não incluindo as violações que certamente ocorrem no seio de famílias de classe média e alta
- B) parece ter produzido um reforço a uma concepção moralizante do papel da família como espaço de proteção e provedora principal dos direitos fundamentais
- C) é vazio de conteúdo, já que não engloba as condições macrosociais que estão na base da precarização das políticas sociais e do estímulo ao terceiro setor
- D) é unilateral, já que possibilita a escuta apenas da vítima e não do agressor
- E) é de grande importância para o Serviço Social dada a centralidade da família como público-alvo das políticas sociais setoriais públicas

47. Ao abordar o tema dos estudos socioeconômicos no âmbito do Serviço Social, Miotto (2009) afirma que estes estudos, na trajetória do Serviço Social, tiveram um grande desenvolvimento técnico no período de consolidação da profissão, por meio da apropriação de um dado marco conceitual, o qual se refere:

- A) ao Serviço Social americano e, particularmente, o Método do Serviço Social de Casos
- B) ao Serviço Social estrutural-funcionalista e, particularmente, o Método do Serviço Social de Grupo
- C) ao Serviço Social pautado na realidade brasileira, advindo do processo de renovação latino-americano e, particularmente, o Método do Desenvolvimento de Comunidade
- D) ao Serviço Social Crítico e, particularmente, o Método BH
- E) ao Serviço Social conservador e, particularmente, o Método sociológico que requeria a perspectiva da neutralidade

48. Partindo do exemplar publicado no ano de 2012 pelo Conselho Federal de Serviço Social, o qual busca propor algumas reflexões sobre as atribuições privativas do(a) assistente social, compreende-se que, no que se refere à atuação profissional “*não há como delimitar com precisão os campos profissionais*”, pois:

- A) tal delimitação traria impacto para a perspectiva da intersectorialidade, já que os profissionais de diferentes áreas partilham de diferentes saberes, os quais devem conduzir a atuação a um fim coletivo
- B) tais espaços configuram-se em um conjunto de processos de trabalho coletivos, nos quais o(a) assistente social se insere, compartilhando de um princípio único, para o atendimento das necessidades da população usuária
- C) os campos profissionais são áreas difíceis de serem delimitadas, dada a necessidade de respostas às demandas postas pelos usuários, que têm por base diversas expressões da questão social
- D) tais espaços são campos de disputa, sendo assim, é estratégico para os assistentes sociais serem versáteis e multifuncionais em sua atuação profissional
- E) tais espaços são partilhados por outros profissionais especializados, movidos por interesses diversos

49. Couto (2009), ao refletir sobre a formulação de projetos de trabalho profissional, ressalta alguns elementos constitutivos do projeto de trabalho do assistente social. Nesta construção, a autora irá destacar um elemento fundamental e essencial a todo projeto. Trata-se:

- A) da metodologia, pois é necessário refletir sobre os instrumentos a serem utilizados para a aplicação concreta do projeto
- B) da justificativa, pois é necessário saber argumentar junto ao empregador a importância da aplicação das ações descritas no projeto de trabalho
- C) das metas, pois é necessário apontar as demandas postas e o que se pretende alcançar com o trabalho
- D) da filiação teórica, pois é necessário clarificar quais são os pressupostos teóricos que vão dar concretude ao trabalho
- E) do público-alvo, pois é necessário expressar quem são os sujeitos alvos da ação

50. Segundo o Art. 7, da Lei 8.662, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social têm por objetivo básico:

- A) zelar pelos direitos e deveres dos (das) Assistentes Sociais em todo território nacional
- B) cumprir e fazer cumprir os preceitos previstos no Código de Ética do Assistente Social
- C) articular a atuação profissional do (da) Assistente Social com a formação profissional a partir da aproximação entre os espaços sócio-ocupacionais e o ensino universitário
- D) disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional
- E) atuar como órgãos fiscalizadores do exercício profissional e do cumprimento das atribuições privativas do (da) Assistente Social